

Boletim Económico

Publicação trimestral da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste

Julho de 2003

Volume 1, Número 2

NESTA EDIÇÃO

O café na economia de Timor Leste	1
O FMI	2
O FMI e Timor Leste	2
Supervisão bancária	3
Balanço da ABP / BPA	4
Evolução dos preços	4
Estatísticas monetárias	5
E porque não?	6
Mercados cambiais	7
E para terminar...	8

ATENÇÃO

AS NOVAS MOEDAS TIMORENSES entram em circulação em Novembro próximo. Em Outubro inicia-se a campanha de informação pública sobre a sua utilização

Note que...

- ? **O café tem desempenhado um papel importante na economia de muitas famílias de agricultores timorenses.**
- ? **O FMI tem apoiado a organização do sistema fiscal e financeiro de Timor**
- ? **A supervisão bancária feita pela ABPTL/BPA é essencial para a saúde do sistema financeiro**
- ? **A solução do problema do desemprego só poderá ser encontrada a médio-longo prazo**
- ? **Vai haver muitas pressões para o alargamento da Função Pública**
- ? **É necessário ser mais realista quanto às expectativas criadas com a Independência**

Evolução dos preços internacionais do café e a economia de Timor Leste

O café é, pelo menos por enquanto, o principal produto de exportação de Timor Leste e é, também, a principal fonte de rendimento de muitos agricultores timorenses. Num período em que decorre mais uma safra do café, pareceu-nos oportuno abordar aqui alguns elementos da “economia do café” no nosso país.

Refira-se, em primeiro lugar, que os preços internacionais do café estão sujeitos a um comportamento cíclico, ao sabor de vários factores. Por exemplo, no período posterior a 1985 registaram-se três “picos” importantes no preço do café: um em 1986, outro no início de 1995 e outro ainda em meados de 1997. O preço médio mensal dos “outros arábicas suaves” no primeiro trimestre de 1986 foi de 235 cents USD por libra (lb, cerca de meio quilo) de peso; nos dois últimos “picos” foi de cerca de 220 e de 270 cents USD/lb.

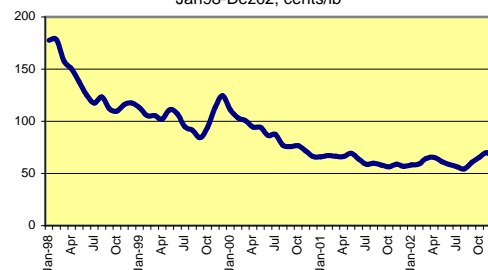
Neste período de quase vinte anos houve, também, períodos de baixa significativa dos preços. Por exemplo, em meados de 1992 o preço atingiu 53 cents/lb, valor próximo do verificado no ano passado, um dos mais baixos dos últimos anos. Ora, é a actual baixa de preços que preocupa muitos países produtores e que põe em causa a sobrevivência de muitas famílias camponesas por esse mundo fora.

A evolução dos preços não é independente da variação das quantidades produzidas a nível mundial. Quanto a estas, há dois factos principais a salientar: por um lado, a subida de 27 para 32 milhões de sacos de 60 kg da produção do Brasil entre o início da década de 90 e o da presente década; e, por outro, o Vietname resolveu, no início da década de 90 (na sequência do seu processo de liberalização económica e dos conselhos recebidos do Banco Mundial) lançar-se decididamente na produção de café. O resultado foi que o país, que produzia nessa ocasião cerca de 1,3% da produção mundial, produz hoje quase 12%, sendo o segundo produtor. Desde 1998 a sua produção duplicou (de 7 para 14 milhões de sacos!)

O aparecimento do Vietname como grande produtor não podia, face à lentidão da taxa de crescimento do consumo, deixar de se reflectir no preço internacional do café. Este está em queda desde 1998, não se perspectivando uma subida significativa do preço nos próximos tempos. Note-se que face a esta situação, o Vietname decidiu arrancar parte dos cafezais

que plantou há 15 anos de modo a tentar reequilibrar a oferta com a procura e influenciar uma subida dos preços.

Preço do café arábica na Bolsa de Nova York
Jan98-Dez02; cents/lb



Na “economia internacional do café” há mais um facto que vale a pena sublinhar: é que, devido em parte à crescente concentração das compras do café nas mãos de apenas algumas grandes empresas mundiais, a percentagem do preço final pago pelos consumidores, nos países industrializados, que cabe ao agricultor, nos países em desenvolvimento, é cada vez menor.

Por exemplo, estima-se que em 1997 o preço pago ao produtor brasileiro era cerca de 40% do preço ao consumidor nos Estados Unidos; hoje é apenas 10%! Tendência semelhante verificou-se em outros países. Isto é: devido ao aumento da produção e ao crescente poder das grandes multinacionais do café, o preço pago ao produtor baixou mas o preço pago pelo consumidor tem continuado a subir, não beneficiando nem estes nem os agricultores.

E Timor Leste? O drama do nosso país neste domínio, mais que macroeconómico — baixas exportações = poucas receitas em divisas... — é essencialmente o de uma parte importante da população dos distritos produtores de café ser bastante dependente do rendimento monetário por ele proporcionado para a compra de vários produtos que melhoram o seu bem estar e que são, nalguns casos, quase essenciais para a sua sobrevivência — como no caso de produtos alimentares como o arroz.

Com níveis muito baixos de produção por produtor — mais “recolectores” do que “cultivadores”... —, os seus rendimentos têm

Continua na pág. 3

O que é o FMI-Fundo Monetário Internacional

OFundo Monetário Internacional, tal como o seu irmão gêmeo Banco Mundial, foi criado na Conferência de Bretton Woods, nos EUA, em Julho de 1944. O Fundo nasceu, porém, efectivamente em Dezembro de 1945 quando os seus primeiros 29 membros assinaram os seus estatutos iniciais.

O seu objectivo principal era o de, através da regulação do sistema financeiro internacional --- nomeadamente da estabilização das taxas de câmbio dos países ---, estabelecer as (pré-)condições para uma evolução saudável do comércio internacional.

A vida do FMI desde a sua criação não foi independente da situação da economia e da política mundial. De facto, na época da sua criação a maioria dos seus membros eram países com economias industrializadas, e por isso é natural que a sua actividade se tenha centrado no acompanhamento da economia deste tipo de países --- nomeadamente a sua taxa de câmbio e o (des-)equilíbrio das contas externas.

Porém, com o fim da II Grande Guerra e o virar dos anos 50 para a década de 60 a situação alterou-se profundamente com a independência da maioria dos países da Ásia e da África. Tal alteração veio a consolidar-se com a crise económica posterior ao primeiro choque petrolífero, em 1973-74.

De facto, face aos desequilíbrios das contas externas e correspondentes necessidades de financiamento por ele provocados, a atenção do FMI começou a virar-se para os problemas de estabilização económica de curto-médio prazo dos países que viram aumentada substancialmente a sua factura petrolífera e agravados os seus défices externos --- entre os quais se contava um número importante de países da África e da América Latina. Com o fim do regime vigente nas economias "de direcção central" (fim da década de 80 e início da de 90), as preocupações do FMI voltaram-se também para o apoio à "transição" do "socialismo" ao capitalismo dos países da Europa de Leste e dos que fizeram parte da União Soviética.

O que faz o FMI? Para além da assistência financeira que concede aos países com dificuldades nas suas contas externas, o Fundo desempenha importantes funções de *supervisão financeira* (e económica) e de *aconselhamento técnico* aos países membros.

Quem governa o Fundo? O órgão máximo do FMI é o Conselho dos Governadores (um por cada país, normalmente o seu Ministro das Finanças) e reúne-se apenas uma vez por ano, no fim de Setembro. No dia a dia, a instituição é gerida pelo *Directório Executivo*, composto de 24 administradores: 8 são nomeados pelos países com maiores quotas (de que se destacam: USA: 17,1% dos votos; Alemanha: 6%; Japão: 6,14%; França: 4,95%; e Reino Unido: 4,95%; os outros três representantes de um único país são os da Arábia Saudita, da Rússia e da China); além destes há mais 16 administradores eleitos pelos outros países membros associados em grupos. Timor Leste integra o mesmo grupo de Portugal, cujo Director executivo é um italiano.

Ao contrário do que se verifica em quase todas as outras agências especializadas do sistema das Nações Unidas --- em que a regra é "um país, um voto" ---, cada país tem um número de votos proporcional à sua quota no Fundo. Esta é determinada através de um sistema que pondera vários elementos mas em que os fundamentais são a importância do produto nacional no produto mundial e o peso do país no comércio internacional. Timor tem uma quota de 8,2 milhões de DSE, equivalentes a cerca de 11 milhões USD, que lhe dão 0,02% dos votos. A maior quota individual é a dos EUA (mais de 26 mil milhões de DSE) e a mais pequena é das Ilhas Marshall, com 2,5 milhões. O montante da quota é importante para determinar o valor do crédito do Fundo a que cada país pode aceder.

Em situação normal, as relações do Fundo com os seus membros fazem-se através dos administradores do grupo de países respectivos e, ao abrigo do Artº 4º dos Estatutos do FMI, de uma análise anual da evolução da situação económica do país. Timor recebeu a primeira missão neste quadro em Abril deste ano.

O FMI e Timor Leste

O envolvimento do FMI com Timor Leste verificou-se logo após a intervenção da INTERFET, em Outubro de 1999. Nessa época uma missão dos seus técnicos (em conjunto com elementos do Banco Mundial, do Banco Asiático de Desenvolvimento) deslocou-se a Timor para fazer uma avaliação *in loco* da situação social e económica e identificar as necessidades mais prementes. A missão foi acompanhada por um grupo de timorenses com qualificação e/ou experiência nestas áreas.

Nessa fase as preocupações incidiram sobretudo na criação do *Central Payments Office* (CPO), dotado de um

reduzido número de consultores contratados pelo FMI. Com o início das operações em Timor de dois bancos internacionais (a CGD/BNU, de Portugal, e o ANZ, da Austrália), o CPO ficou também com a incumbência de regular o e supervisionar o sistema bancário.

Face à necessidade de optar por uma moeda e por um regime cambial, o FMI persuadiu a liderança timorense e os responsáveis da UNTAET a adoptarem o dólar norte-americano.

O FMI ajudou também a definir o estatuto jurídico da sucessora do CPO, a *Autoridade Bancária e de Pagamentos*, um "quase banco central". Nascida a 1

de Dezembro de 2001, ela segue a tendência internacional de ter uma autonomia muito elevada face ao poder político como garantia de este não a utilizar para o seu financiamento, provocando com isso inflação.

Apesar do apoio técnico e financeiro recebido do FMI, a ABP/BPA é totalmente independente dele, sendo as suas acções determinadas exclusivamente pelo interesse nacional.

O Fundo apoiou também tecnicamente e de forma directa o Ministério das Finanças até Julho/2003.

Paredes de vidro

A actividade de supervisão bancária da “Autoridade”

Uma das actividades principais de qualquer banco central e, portanto, também da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor Leste, é a de supervisão da actividade bancária exercida no país.

É sabido que os bancos desenvolvem um papel muito importante na economia moderna como facilitadores do sistema de pagamentos nacional e como intermediários entre os aforradores (os que realizam poupanças) e as pessoas ou entidades que necessitam de crédito (empréstimos) para as suas actividades. Assim, a segurança e solidez do sistema bancário é essencial para o funcionamento de toda a economia. Reconhecendo isso, a “Autoridade” supervisiona os bancos que actuam em Timor-Leste, garantindo assim as condições para que os agentes económicos do país tenham confiança nos bancos autorizados a funcionar, utilizando-os para melhor eficiência das suas actividades. A supervisão também se faz numa perspectiva de garantir que os recursos dos depositantes estejam devidamente protegidos.

Para garantir a estabilidade do sistema bancário, a supervisão bancária tem de assegurar que os bancos sejam financeiramente saudáveis, bem administrados e que não ameacem os interesses dos depositantes através de práticas que poderiam levá-los a não terem recursos suficientes para devolver o dinheiro destes quando eles o solicitarem.

A actividade supervisora faz-se, de acordo com a lei, concedendo licenças para os bancos operarem apenas quando se verificar que eles têm capital adequado, tecnologia compatível com o exercício da actividade bancária e sócios e administradores considerados pessoas qualificadas, experientes e com boa reputação.

Em Timor-Leste estão licenciadas três instituições bancárias: o ANZ-Australia-New Zealand Bank, da Austrália, a Caixa Geral de Depósitos-BNU, de Portugal, e a IMFTL-Instituição de Micro-Finanças de Timor-Leste, sediada no nosso país. No âmbito das suas atribuições, a ABP/BPA emitiu, em Fevereiro deste ano, licença preliminar para o funcionamento do Banco Mandiri, da Indonésia, que se prepara para iniciar proximamente as suas actividades.

A “Autoridade” supervisiona o sistema bancário por meio da análise de relatórios periódicos que os bancos lhe remetem e que são igualmente publicados na imprensa, tal como o balanço e o relatório anual. Por meio desses documentos a ABP/BPA acompanha o desempenho dos bancos em relação a algumas exigências quanto à solidez financeira das instituições como sejam a adequação do volume do seu capital, a liquidez, a qualidade dos activos, a concentração de riscos, a qualidade da administração e os resultados operacionais.

Finalmente, a Autoridade Bancária e de Pagamentos realiza inspecções nos bancos para verificar, no local e de uma forma independente, se o banco actua de facto de acordo com os padrões exigidos e se os relatórios apresentados reflectem, com fidedignidade, a vida e situação financeira da instituição. A “Autoridade” tem o poder de determinar aos bancos alterações do seu comportamento de modo a que a sua actuação prática garanta, de facto, a solidez da instituição e a garantia dos recursos dos clientes. Ela tem ainda poderes para remover a administração de um banco e de aplicar penalidades em caso de não cumprimento das leis aplicáveis, podendo mesmo cancelar a licença concedida para o banco operar.

O café e a economia de Timor Leste (concl.)

sido baixíssimos nos últimos anos. É urgente, por isso, encontrar alternativas de curto-médio prazo para a situação.

Uma delas, referida por alguns, é o arranque dos pés de café mais velhos e sua substituição por baunilha. Note-se, porém, que um produtor nos referiu ter perdido os 4 mil pés que plantou devido à falta de água. Ora, a maior parte dos agricultores não pode correr este risco.

No entanto, o problema não é só da (eventual) falta de água. Qualquer reestruturação do sector do café precisa, seja para melhorar (o que é urgente!) o estado dos cafézais seja para encontrar alternativas à sua exploração, de acompanhamento de técnicos de extensão rural, que não existem em quantidade e qualidade suficientes. Esta é uma área onde a cooperação internacional poderá ajudar a curto prazo mas a médio e



longo prazo teremos nós próprios, timorenses, a fazê-lo. Porém, não nos enganemos: com o actual nível de preços e a descapitalização dos agricultores, qualquer mudança a levar a cabo por estes é muito difícil, quase impossível.

Seja como fôr, a situação é praticamente insustentável. Daí a necessidade de se lançarem urgentemente programas de desenvolvimento rural que permitam aumentar a geração e circulação de rendimentos nas zonas rurais.

Tais programas não podem fazer esquecer duas outras necessidades urgentes: a melhoria dos circuitos de comercialização campo-cidade; e a melhor articulação entre as estruturas do consumo e da produção.

O “*homo oeconomicus timorensis*” está por nascer e o tempo não perdoa... Ainda aqui os agentes de extensão rural são essenciais.

Estatísticas

RELATÓRIO FINANCEIRO PROVISÓRIO da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste (ABPTL / BPA) referente a 30 de Junho de 2003

BALANÇO

Referido à data de 30 de Junho de 2003

ACTIVO	US Dollars
Caixa e Depósitos Bancários	53.462.190
Pagamentos antecipados e valores a receber	102.22
Investimentos	11.348.083
Imobilizado	887.749
TOTAL DO ACTIVO	65.800.243
PASSIVO	
Instituições financeiras nacionais	4.767.246
Instituições financeiras internacionais	11.348.083
Depósitos orçamentais do Governo	30.993.858
Depósitos não-orçamentais do Governo	10.541.218
Beneficiários do ex-Fundo de Pensões da República Indonésia	256.294
Outros passivos	153.095
TOTAL DO PASSIVO	58.059.794
ACTIVOS LÍQUIDOS (Activo menos Passivo)	7.740.449
SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Capital social	7.351.166
Proveitos líquidos não distribuídos	389.283
SITUAÇÃO LÍQUIDA TOTAL	7.740.449

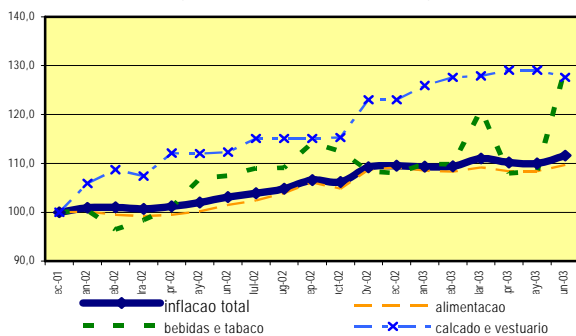
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

do ano terminado em 30 de Junho de 2003

PROVEITOS	US Dollars
Juros recebidos de Activos Financeiros	482.801
Comissões recebidas do Governo	240
Transferência orçamental do Governo	312.379
Comissões por levantamento de notas	220.89
Taxas de licenciamento e supervisão	55.5
Ganhos cambiais	58.791
Outros rendimentos	1.35
PROVEITOS TOTAIS	1.371.710
DESPESAS	
Juros pagos ao Governo	228.293
Juros pagos a outras entidades	27.492
Despesas de importação de notas	260.925
Despesas com pessoal	82.345
Despesas de administração	383.372
DESPESAS TOTAIS	982.427
PROVEITOS LÍQUIDOS	389.283

Evolução dos preços

Evolução do (novo) Índice de Preços



Os serviços oficiais de estatística de Timor Leste acabam de alterar o Índice de Preços no Consumidor (IPC) que vinha sendo utilizado. As principais modificações consistiram na inclusão nos cálculos de vários outros tipos de produtos e a mudança da base de cálculo (=100) para Dezembro de 2001, em vez de Abril/2000.

No novo IPC o peso da alimentação — quase total na anterior versão — passou a ser de 56,5%. O arroz importado, o produto individual com maior peso relativo, representa agora 10,4% do total, contra 22% no índice anterior. Os restantes grupos de produtos são “alcohol e tabaco” (com um peso relativo de 4,8%), “vestuário e calçado” (8,9%), “habitação” (7%), “despesas com a habitação” (7,9%), saúde (4,2%), “diversão e educação” (3,5%) e “transportes e comunicações” (4,1%).

Segundo o novo IPC, entre Dez/01 e Dez/02 os preços subiram 10,2% (total sem habitação), com a alimentação a custar mais 9,2%.

O “vestuário e calçado” terá registado a maior subida, com preços 23% mais elevados em Dez/02 relativamente a Dez/01.

De salientar que, a acreditar no novo Índice, não se terá verificado a alegada subida mais ou menos generalizada de preços que alguns referiram como tendo tido lugar em resultado do aumento dos impostos em Julho/2002. Só a subida do “vestuário e calçado”, bens essencialmente importados, o poderá denunciar.

Segundo o boletim distribuído em Julho pelo Gabinete Nacional de Estatística do Ministério do Plano e das Finanças, os preços terão subido apenas 0,4% no primeiro semestre de 2003, fazendo antever uma taxa de inflação moderada para este ano.

Estatísticas monetárias

milhares de USD	valores provisórios	Dez-02 (1)	Jan-03	Fev-03	Mar-03
Activos externos líquidos		92.066	91.361	90.861	96.032
<i>Disponibilidades sobre o exterior</i>		104.123	103.418	102.919	108.089
Disponibilidades da ABPTL/BPA		54.358	54.930	53.125	57.191
Disponibilidades dos bancos comerciais		49.765	48.488	49.793	50.898
<i>Responsabilidades para com o exterior</i>		12.057	12.057	12.057	12.057
Responsabilidades da ABPTL/BPA		10.857	10.857	10.857	10.857
Responsabilidades dos bancos comerciais		1.200	1.200	1.200	1.200
Crédito interno (2)		-27.136	-25.286	-22.842	-29.499
Crédito à Administração Central/Governo		0	0	0	0
crédito da ABPTL/BPA		0	0	0	0
crédito dos bancos comerciais		0	0	0	0
Depósitos da Administração Central na ABPTL/BPA		33.673	31.250	29.990	36.472
na ABPTL/BPA		33.673	31.048	29.391	36.298
nos bancos comerciais		0	202	599	174
Crédito (ao sector privado = empresas e particulares)		6.537	5.965	7.149	6.973
crédito da ABPTL/BPA		0	3	3	64
crédito dos bancos comerciais		6.537	5.962	7.146	6.908
Dinheiro em caixa nos bancos comerciais		2.361	6.897	8.126	4.087
Depósitos (à vista e a prazo)		54.498	56.030	57.977	55.286
Depósitos à vista nos bancos comerciais		49.154	51.534	52.243	49.471
Depósitos de projectos de doadores		11.268	11.147	10.375	10.116
Empresas públicas não financeiras		274	244	896	869
Depósitos de empresas e particulares		37.613	40.143	40.972	38.486
Depósitos a prazo		5.343	4.496	5.734	5.815
Depósitos da ABPTL/BPA		0	0	0	0
Depósitos a prazo de empresas e particulares		5.343	4.496	5.734	5.815
Outros activos líquidos		1.429	1.217	856	1.163
idem, ABP		-256	-113	-5	-9
idem, bancos comerciais		1.685	1.330	860	1.171
Capital e reservas		7.371	9.211	9.274	9.555
Capital realizado		7.425	9.027	9.015	9.416
idem, da ABPTL/BPA		7.351	7.351	7.351	7.351
idem, dos bancos comerciais		74	1.675	1.664	2.065
Resultados		-195	-94	-49	-187
Resultados da ABPTL/BPA		213	269	353	389
Resultados dos bancos comerciais		-408	-363	-402	-576
Reserva geral e reservas especiais		0	0	0	0
Reserva da ABPTL/BPA		0	0	0	0
Reservas dos bancos comerciais		0	0	0	0

NOTAS: (1) os valores de Dezembro de 2002 foram revistos em relação à edição anterior deste Boletim

(2) devido à forma como é calculado o crédito líquido à Administração Central (= créditos *menos* depósitos), um valor negativo significa que os depósitos desta (o "Governo") são superiores aos créditos que lhe são concedidos, inexistentes em Timor Leste. Esta é a razão pela qual o "crédito interno", que inclui aquele mais o crédito ao sector privado, surge aqui como negativo

Os números acima reflectem, de uma forma geral, uma situação financeira confortável do conjunto do sistema financeiro. Notem-se nas estatísticas dois aspectos principais. Primeiro, a situação financeira da Administração Pública central, resultante quer do continuado apoio dos doadores quer de políticas fiscais cautelosas. Os rendimentos do Mar de Timor também têm contribuído para esta situação mas é de referir a subida dos rendimentos fiscais do país. Isto é um indicador de que as autoridades estão conscientes de que este deve ser cada vez mais dependente de si mesmo e menos dos (ainda muito grandes mas com queda futura anunciada...) recursos da ajuda internacional.

O segundo aspecto a salientar é a enorme diferença entre os recursos captados pelos bancos como depósitos e os que são cedidos sob a forma de empréstimos à economia. Esta situação, que reflecte um baixo nível do investimento privado, deverá ser alterada no futuro mas isso depende mais do espírito empreendedor da comunidade (relativamente baixo em Timor Leste) e da situação económica, social e política, em geral, que da actuação dos bancos. Estes, de facto, vivem para e dependem, em parte, dos empréstimos que concedem (particularmente dos juros que os bancos recebem pelos empréstimos concedidos) e um baixo nível destes não é bom nem para a economia, em geral, nem para a saúde financeira dos próprios bancos, em particular.

E porque não... um Fundo de Desenvolvimento Regional?!...

Vários indicadores sobre Timor Leste — incluindo os referentes às características da pobreza no país mencionados na última página deste Boletim — apontam para uma situação de desigualdade entre várias regiões do país, podendo dizer-se que, sendo ele genericamente pobre, há regiões que são mais pobres do que outras. Estão neste caso as zonas rurais em relação às urbanas e, nestas, as pequenas povoações relativamente ao conjunto formado por Dili e Baucau, nitidamente as regiões menos pobres.

Os dados disponíveis apontam para uma realidade em que, se de momento aquelas diferenças não são abissais, a verdade é que elas já são suficientes para merecerem a atenção dos poderes públicos no sentido de se ir, desde já, implementando uma política de desenvolvimento regional que contribua para as reduzir de uma forma efectiva.

Neste domínio da tentativa de redução de diferenças regionais, há exemplos em vários países que talvez valha a pena estudar para serem (ou não) tomados como eventual fonte de inspiração — mas não, necessariamente, de cópia... Aliás, aqui interessa-nos mais apresentar exemplos e esquemas de pensamento sobre o assunto do que identificar o exemplo “A” ou “B” e classificá-lo como sendo o exemplo a seguir. Cada caso é um caso...

O Brasil, por exemplo, adoptou legislação que permite distribuir uma parte dos recursos nacionais para os vários municípios de acordo com o IDH-Índice de Desenvolvimento Humano de cada um, transferindo proporcionalmente mais recursos para os de menor desenvolvimento humano, numa tentativa de lhes permitir reduzir a distância que os separa dos restantes e da média nacional.

Inspirado no caso das finanças locais de Portugal, o Prof. Tomaz Dentinho, da Universidade dos Açores, procurou estudar, em finais de 2001, as características do que poderia ser um instrumento eficaz de política regional para Timor Leste. Tal instrumento, de um conjunto de outros a implementar, seria o que se poderá designar por um “Fundo de Desenvolvimento Regional” para os Distritos do nosso país. Tendo como base de partida a caracterização dos mesmos quanto à população, área e distância relativa aos outros Distritos, o resultado da definição de um Fundo deste tipo dotado de uma verba de um milhão de USD a serem aplicados directamente pelos Distritos ou, pelo menos, segundo opções por eles traçadas, seria o que consta do quadro ao lado.

Do exemplo resulta que o Distrito de Dili, apesar de ter cerca de 15% da população do país, receberia “apenas” 9,4% dos recursos do Fundo. Já o Distrito de Oécussi, com 5,7% da população nacional, receberia 11,5%.

Este é apenas um exemplo de como (re-) distribuir recursos financeiros pelos Distritos de modo a permitir-lhes, com alguma autonomia face ao poder central, lutarem contra a situação de desfavor em que muitos se encontram.

Note-se que o facto de a “acessibilidade” ser um dos critérios utilizado no cálculo dos valores a disponibilizar aos Distritos não significa que estes tenham de, forçosamente, apostar sobretudo na melhoria deste aspecto. Tudo dependerá da situação concreta de cada distrito.

Aliás, uma parte desta tarefa envolve vários distritos — para melhorar o acesso a Cova Lima terá de se melhorar o acesso a Ainaro ou a Bobonaro, por exemplo — , tornando este vector do desenvolvimento especialmente apropriado para o nível nacional e não apenas para o nível local/regional.

Alguns dirão que os distritos não possuem os recursos humanos para poderem gozar de tal autonomia; outros (ou os mesmos...) dirão que colocar tais verbas à disposição da administração local seria escancarar a porta a práticas menos transparentes, senão mesmo de clara corrupção. Reconhecendo alguma razão a todos, não podemos deixar de lembrar, no entanto, duas ideias importantes: por um lado, o velho provérbio espanhol: *el camino se hace caminando...*; e, por outro, o de que, pelo menos numa fase inicial, talvez se justifique uma política de combinar “descentralização das decisões” sobre “em que investir os recursos” com algum grau de “concentração do controlo administrativo-contabilístico-financeiro” dos mesmos de modo a evitar os perigos acima referidos e que podem levar a uma reedição da política de KKN tão conhecida do período da administração colonial indonésia sobre Timor Leste.

Este Fundo poderia ser lançado a médio prazo utilizando, por exemplo, parte dos recursos disponíveis ou a disponibilizar pela ajuda internacional ou de fontes nacionais.

Assim sendo, porque não estabelecer, num prazo que não deverá ultrapassar os cerca de 2-3 anos e depois de definir os seus contornos, um esquema deste tipo para apoio ao desenvolvimento regional de Timor Leste? O projecto “RESPECT” a lançar proximamente com gestão do PNUD é importante mas temporário enquanto que o Fundo é, pela sua natureza, de longo prazo, sendo a experiência de gestão a obter durante a implementação do primeiro aproveitada para o segundo — embora as características de ambos sejam diferentes, nomeadamente quanto aos critérios de distribuição dos recursos financeiros e à duração.

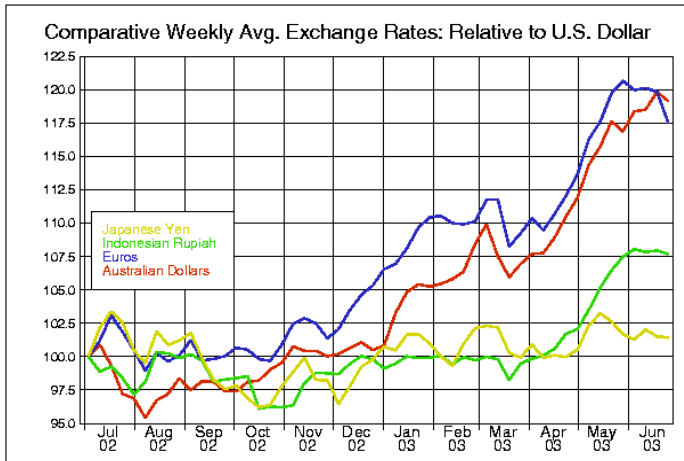
Critério de Distribuição do Fundo: população: 50%; área: 25%; “acessibilidade nacional”: 25%

	População (% da pop. nacional)	Área (km2) (% área nacional)	Acessibi- lidade	Distribuição dos recursos do Fundo (%)	Simulação para um Fundo de 1 milhão de USD
Aileu	4.0	5.2	3.9	4.3	43.085
Ainaro	5.7	8.2	5.0	6.2	61.765
Baucau	12.9	9.9	5.9	10.4	103.825
Bobonaro	8.9	9.4	6.2	8.3	83.364
Covalima	6.3	5.4	8.5	6.6	65.785
Dili	15.3	3.3	3.5	9.4	93.567
Ermera	11.2	4.6	4.2	7.8	78.165
Lautém	6.8	12.2	12.4	9.6	95.506
Liquiçá	5.8	4.2	4.6	5.1	50.835
Manatuto	4.5	12.4	4.2	6.4	63.939
Manufahi	4.9	7.1	4.8	5.4	54.198
Oécussi	5.7	5.4	29.2	11.5	115.023
Viqueque	8.0	12.7	7.7	9.1	90.942
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	1.000.000

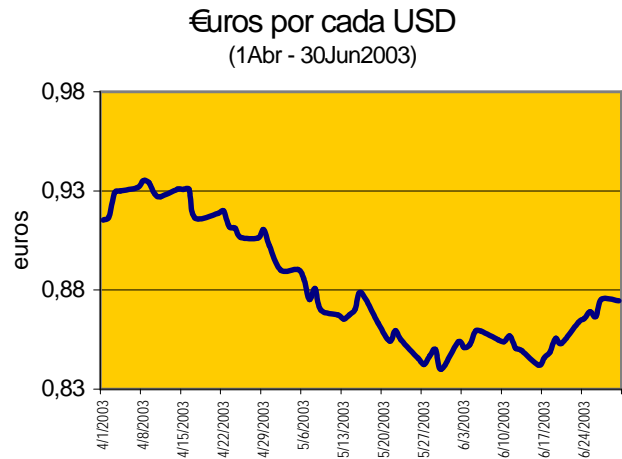
Mercados cambiais

Evolução recente

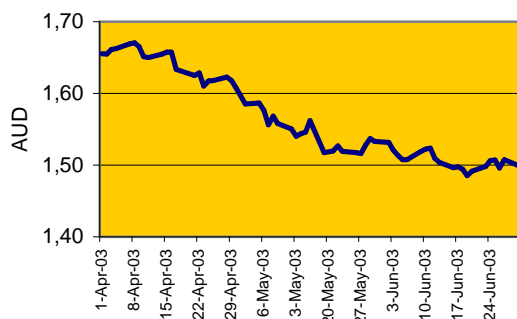
No gráfico de cima, à esquerda, a evolução das taxas de câmbio é apresentada em índice e não em valor absoluto, como nos restantes gráficos. Por isso neste caso uma subida da linha correspondente a cada moeda representa uma depreciação do USD face à respectiva moeda. Nos gráficos de cada moeda, em que esta é apresentada sob a forma de quantidade da moeda nacional necessária para adquirir um USD, uma descida da linha corresponde a uma depreciação do USD face à respectiva moeda; uma subida corresponde a uma apreciação.



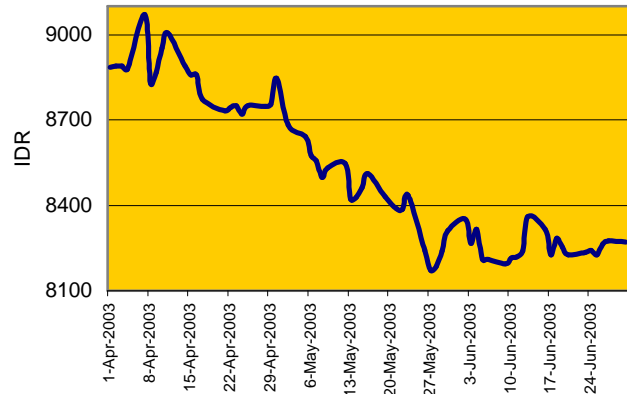
Fonte: Pacific Exchange Rate Service, by Prof. Werner Antweiler, University of British Columbia, Canada



AUD por USD
(1Abr - 30Jun2003)



Rupia indonésia (IDR) por USD
(1Abr - 30Jun2003)



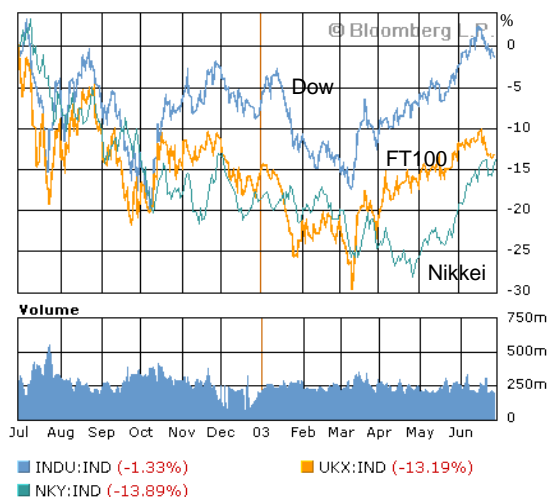
Mercados financeiros

Índices das bolsas de valores: evolução recente

Como se pode verificar pelo gráfico ao lado copiado, com a devida vénia, do site da Bloomberg — uma conhecida companhia de informações financeiras a nível mundial; www.bloomberg.com —, o comportamento das bolsas mundiais foi quase desastroso até Março passado, quando as cotações atingiram níveis muito baixos (o índice de Londres, o FT100, perdeu quase 30% do seu valor!) devido, em parte, à incerteza resultante da II Guerra do Iraque.

Ultrapassado este período de incerteza, as bolsas reanimaram mas, de qualquer forma, as de Londres e de Tóquio (índice Nikkei) continuam muito abaixo do seu nível de há um ano atrás. Apenas o Dow Jones Industrial, o principal índice de Nova York, recuperou um pouco e se situa actualmente a um nível próximo do de Julho/2002 mas, ainda assim, com alguma perda.

O futuro dirá se a recuperação iniciada no fim do primeiro trimestre deste ano, logo depois da guerra no Iraque, se vai manter.



E a terminar...

Pobreza, desemprego e as perspectivas para o futuro

O nosso país, como Estado independente e reconhecido pela maioria da comunidade internacional, nasceu há apenas pouco mais de um ano. Por isso e naturalmente, não houve ainda tempo — nem recursos humanos e financeiros suficientes — para melhorar significativamente a vida do dia-a-dia da maioria dos nossos compatriotas. É urgente, porém, dar sinais de que há alguma “luz ao fundo do túnel” para aqueles que esperam por uma vida melhor.

Em situação particularmente difícil estão os 40% da nossa população que são considerados como pobres por viverem abaixo da chamada linha nacional de pobreza, que corresponde a um gasto diário de cerca de 55 centimos de USD por dia e por pessoa.

Ora, é notório que, nomeadamente nas zonas rurais, a imensa maioria das famílias não tem tais recursos. Isto mesmo é confirmado pelo facto de aqueles estudos concluírem que nestas zonas há cerca de 46% (quase metade!) das pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Esta percentagem desce para os 26% nas zonas urbanas, sendo que nas mais pequenas ela é tripla da média de Dili e Baucau que surgem, por isso, como as zonas mais “beneficiadas” do país (cerca de 14% de pobres no total da sua população).

Considerando o que fica dito, é natural que a prioridade das prioridades seja reduzir a pobreza rural já que 6 em cada 7 pobres aí vive. Por isso são necessárias medidas urgentes que se reflectam na melhoria da vida das populações dessas zonas.

Muito está a ser feito mas a verdade é que, principalmente ao nível dos mecanismos de formação de rendimentos monetários das populações rurais, a situação é pior que o desejável e terá de ser invertida rapidamente.

Por sua vez, limitar a pobreza urbana implica aumentar, e muito, o número de empregos remunerados. E é aqui que as coisas começam a complicar-se.

Se olharmos para a História do nosso país, verificamos que Portugal não teve de se preocupar com o assunto porque, tendo mantido Timor num estado de desenvolvimento muito baixo, a maioria das pessoas viviam *no campo e do campo*. Isto significa que, naquela época, o problema do (des-)emprego não se colocava. Por isso Portugal não teve de lhe fazer face.

No período de administração indonésia, a situação alterou-se radicalmente. Ao adoptar uma política de concentração das populações de forma a melhor as controlar politicamente, a Indonésia criou um problema: proporcionar-lhes uma fonte de rendimento, traduzida num emprego. A solução (?) foi a criação de uma Administração Pública grande e com um nível de produtividade muito baixa.

Ora, o Timor-Leste independente tem de encontrar hoje a sua própria resposta para o problema que Portugal não teve de resolver e que a Indonésia resolveu (mal) “empurrando com a barriga”, deslocando as pessoas para as cidades e tentando “calá-las” dando-lhes um emprego na função pública porque o processo de desenvolvimento nunca foi suficiente para criar outras alternativas de emprego, nomeadamente no sector privado.

E aqui é que está a dificuldade: qual a alternativa de Timor-Leste àquela “solução indonésia”? Ela terá de passar pela criação de empregos no sector privado e a manutenção da população nas zonas rurais, agora com melhores condições de vida, incluindo o acesso a empregos não-agrícolas nessas zonas.

Porém, qualquer das duas soluções só é viável a médio-longo prazo. E até lá? Até lá vai haver enormes pressões para o Estado timorense adoptar a “solução indonésia”: a criação de mais empregos na Função Pública. A excessiva dimensão que o ensino universitário está a ter irá crescer a esta pressão...

Ir por aí será “fácil” no curto prazo mas comprometerá o futuro do país pois o Estado não suporta uma estrutura tão pesada. Por isso a primeira tarefa é proceder a uma crescente consciencia-

O que significa ser pobre

Ter poucas oportunidades

- ? Ter reduzido acesso a dinheiro e à propriedade de bens
- ? Ter falta de acesso à educação e outros serviços sociais
- ? Ter falta de emprego

Desvantagens

- ? Alimentação inadequada
- ? Pouca saúde
- ? Reduzido nível de educação formal
- ? Falta de água potável
- ? Falta de acesso aos mercados

Insegurança

- ? Habitação suja e sem segurança
- ? Insegurança alimentar
- ? Falta de poder político e social
- ? Reduzido estatuto social das mulheres

lização de que o futuro poderá ser risonho mas não é nem fácil nem para amanhã... Isto obriga a uma rápida diminuição (tornando-as mais realistas) das expectativas criadas com a Independência. Ora, frases como as que constam da “Visão para o ano 2020” de que o país “será [então] uma sociedade próspera com alimentação, abrigo e vestuário adequados para toda a população” não são a melhor forma de chamar a atenção para as dificuldades que nos esperam. Porque 2020 é já ali... Aliás, mal se percebe como se compatibiliza esta “visão” com os níveis definidos para vários “objectivos do milénio” em Timor Leste.

A segunda tarefa é passar à acção e deixar de insistir na realização de mais um estudo e mais um relatório (às vezes por pressão das organizações internacionais) que acabam sendo pouco divulgados, terminando (inutilmente) os seus dias numa prateleira.

Timor Leste tem já informação suficiente sobre a situação do país e sobre o que há a fazer para passar das palavras aos actos. Passe-se!...